

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: FERRAMENTA DE VISIBILIDADE PARA OS PROGRAMAS DE PÓS- GRADUAÇÃO

Resumo: Implantado em 2010, o Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) se destaca pela contribuição na ampliação da visibilidade da produção científica da Instituição. Além da visibilidade, contribui para a transparência da produção intelectual, e sistematiza uma política de disseminação, de alcance universal. Permite também consolidar um sistema de ordenamento dessa produção, que se faz, tradicionalmente, de maneira dispersa. Para tanto, é indispensável o compromisso e a participação dos programas de pós-graduação da UFBA para que de fato o RI cumpra o seu papel. Essa pesquisa analisa os sites dos programas para verificar de que modo eles orientam quanto ao uso e autoarquivamento da produção dos seus discentes e docentes, e em que medida atendem aos indicadores do item visibilidade do quesito 5, da ficha de avaliação da Capes. Os resultados apontam para: uma baixíssima indicação, nos sites dos programas, de orientações formais sobre o autoarquivamento no repositório; indicações para a BDTD, já desativada; itens com problemas de usabilidade e legibilidade às informações. A política de acesso aberto institucionalizada através do repositório não é satisfatória para mobilizar os programas num compromisso mais efetivo da disponibilização de conteúdo via RI.

Palavras-chave: Comunicação científica. Repositório Institucional – UFBA. Inserção Social. Avaliação. Visibilidade.

Susane Barros
Ccoordenadora editorial da Editora da
Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Brasil.
cooreditorial@ufba.br

Flávia Rosa
Professora e Diretora da Editora da
Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Brasil.
flaviagr@ufba.br

Rodrigo França Meirelles
Professor do Instituto de Ciência da
Informação da Universidade Federal da
Bahia (UFBA), Brasil.
rodrigomei@ufba.br

INSTITUTIONAL REPOSITORY OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF BAHIA: VISIBILITY TOOL FOR GRADUATE PROGRAMS

Abstract: Implemented in 2010, the Institutional Repository (IR) of the Federal University of Bahia (UFBA) stands out for its contribution in expanding the visibility of the scientific production of the institution. Besides the visibility, it contributes to the transparency of intellectual production, and systematize a dissemination policy, of universal reach. It also allows to consolidate a planning system of this production, which is traditionally made in a very scattered way. Therefore, the commitment and participation of postgraduate programs at UFBA are essential so that the RI can truly fulfill its role. This research analyzes the websites of the programs to verify how they guide on the use and self-archiving the production of their students and teachers, and in what measure they attend the indicators of the visibility item of question 5, from Capes evaluation form. The results point to: a very low indication on the programs websites of formal orientations about the self-archiving on the repository; indication to the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), already disabled; items with usability issues and readability to information. The institutionalized open access policy through the repository is not satisfactory to mobilize the programs in a more effective commitment to providing content via IR.

Keywords: Scientific Communication. Institutional Repository – UFBA. Social Insertion. Evaluation. Visibility

1 INTRODUÇÃO

Implantado em 2010, o Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – a primeira universidade baiana e uma das primeiras brasileiras a implantar um RI – se destaca pela contribuição na ampliação da visibilidade da produção científica da Instituição. Além da visibilidade, contribui para a transparência da produção intelectual, e sistematiza uma política de disseminação, de alcance universal, da contribuição da universidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. Permite também consolidar um sistema de ordenamento dessa produção, que se faz, tradicionalmente, de maneira dispersa. Para tanto, é indispensável o compromisso e a participação dos programas de pós-graduação da UFBA para que o RI possa efetivamente cumprir o seu papel.

Promover a visibilidade da produção científica de uma instituição é de fundamental importância para o processo de geração e comunicação do conhecimento científico, bem como para o desenvolvimento da ciência. Tendo em vista que descobertas científicas impulsionam a melhoria das condições de vida da sociedade, os programas de pós-graduação, especialmente os vinculados a instituições públicas, recebem financiamentos de recursos públicos, e por isso têm a responsabilidade de dar visibilidade não apenas a produção científica, mas principalmente às ações que desenvolve buscando uma articulação com a sociedade de forma que se perceba seu compromisso social no fazer ciência.

Foi nesse sentido que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) incluiu, em 2006, o quesito inserção social para compor seus critérios de avaliação. “Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação” está entre os itens de avaliação do quesito inserção social de todas as áreas. Os sites dos programas são ferramentas muito utilizadas para a divulgação de suas ações, mas são evidentemente insuficientes para demonstrar o alcance dessas ações e como através delas despertam transformação social. No entanto, em geral tanto os avaliadores da Capes quanto os programas de pós-graduação vinculam o atendimento a esse item do quesito apenas à disponibilização de teses e dissertações em seus sites – mesmo após a implantação de bibliotecas digitais de teses e dissertações nas universidades e também, mais recentemente, com a criação de repositórios institucionais – limitando a avaliação a um dos aspectos a serem observados apenas.

As bibliotecas digitais de teses e dissertações de diversas instituições têm sido desativadas, já que os repositórios institucionais surgem como mecanismos mais abrangentes para a disseminação. Não somente teses e dissertação, mas uma variedade de tipologias documentais da produção científica (artigos, livros entre outros), da produção técnica (relatórios, partituras, obras artísticas, patentes entre outros) e da produção artística pode ser disponibilizada uma vez que envolve todas as áreas do conhecimento. Os repositórios institucionais são importantes fontes de acesso a essa produção, e, além de preservá-la, possibilitam sua ampla disseminação.

No âmbito da UFBA, no entanto, percebe-se que muitos programas continuam disponibilizando as teses e dissertações, bem como outras produções acadêmico-científicas em seus próprios sites, seja por desconhecimento do potencial de um repositório, seja por limitações na infraestrutura e recursos do programa. Porém, é de suma importância que os programas estimulem e orientem seus docentes e discentes a depositarem suas produções no repositório.

O presente estudo é parte de um projeto de pesquisa sobre a adoção de uma política de acesso aberto pela UFBA, que tem como objetivo avaliar os resultados da implantação do RI para a Universidade e sua comunidade. Pretende-se também analisar a percepção das instâncias superiores da UFBA quanto a torná-lo uma ferramenta de gestão da produção científica observando sua importância para a disseminação da pesquisa realizada na instituição como atendimento a uma política institucionalizada de acesso aberto.

Para desenvolver um dos objetivos do projeto – apurar a atuação dos programas de pós-graduação da UFBA no que se refere a orientações de uso e autoarquivamento da produção científica no RI – realizou-se uma análise dos sites dos programas e aplicação de questionários com os coordenadores dos programas de pós-graduação da UFBA para verificar se existem orientações aos seus discentes e docentes quanto ao uso e autoarquivamento da produção científica no RI. Examinou-se também em que medida atendem aos indicadores da Capes do quesito 5 da ficha de avaliação, que trata da inserção social, em particular ao item que apura a visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação, considerando o RI como um meio/mecanismo para promover a transparência e a visibilidade da produção do programa.

2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: AVALIAR E LEGITIMAR É PRECISO

A forma como a pesquisa é apresentada à comunidade científica, ou seja, o trabalho escrito, os seus resultados, as críticas e as citações de outros autores, constituem uma parte tão importante da ciência quanto à ideia que lhe deu origem. Sem a literatura e a comunicação científica em geral, o conhecimento científico ficaria tão limitado que não haveria ciência nem desenvolvimento científico e tecnológico com a velocidade que temos atualmente. (ZIMAN, 1979) Para que novos conhecimentos sejam gerados e haja desenvolvimento científico e tecnológico é necessário que os resultados das pesquisas sejam avaliados por pares e publicados, princípios fundamentais da comunicação científica. Para González de Gomez (2014, p. 228) a revisão pelos pares “[é] um dos procedimentos principais na avaliação e aferimento de qualidade do conhecimento científico”, pois seu resultado influenciará de forma decisiva não somente na aceitação de um artigo, mas de projetos de pesquisa e concessões de apoio financeiro.

Na observação de Meadows (1999, p. vii), no livro de sua autoria *A Comunicação Científica*, “[...] o apoio às atividades científicas é dispendioso, e os recursos financeiros que lhe são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados [...] sejam mostrados aos públicos pertinentes.” Somente dessa forma haverá a validação e a legitimação das ideias e de práticas empíricas que foram utilizadas para a obtenção de resultados, bem como a possibilidade de se auditar os recursos que foram investidos na pesquisa. Segundo González de Gómez (2014, p. 228) a decisão por pares se torna decisiva para concessão e distribuição de recursos após a Segunda Guerra Mundial. O julgamento nesses processos passou a ser realizado por especialistas “em diferentes contextos deliberativos e decisórios.” Pode-se pensar em avaliação

[Como] um tipo de quadro de investigação, que incidindo num conjunto de objetivos verifica se, de fato, estes foram alcançados, ou não. Há todos os motivos para confiar que tanto o conhecimento generalizado como as orientações práticas possam emergir da mesma avaliação de impacto, desde que esta seja bem delineada.¹ (JENSEN, 2014, tradução nossa)

¹ In truth, evaluation is just one type of research framework, which focuses on whether a set of objectives have, in fact, been achieved. There is every reason to expect both knowledge and practical guidance to emerge from the same well-designed impact evaluation.

Como destaca Oliveira (2008), em seu artigo “A avaliação neoliberal na universidade e a responsabilidade social dos pesquisadores”, por conta da avaliação, sobretudo para distribuição de recursos financeiros, as pressões exercidas, levaram as universidades a se submeterem ao produtivismo taylorista, cujo objetivo principal é o aumento da produtividade “valor situado acima de outros valores importantes no contexto – como satisfação no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores”. Complementa chamando atenção para o seguinte: “[...] a ciência moderna apenas *olha* a natureza com os óculos quantificadores da matemática sem interferir diretamente em seus processos.” (OLIVEIRA, 2008, p. 382, grifo do autor).

A Capes, cumprindo com seu papel de agência financiadora e avaliadora da pesquisa no País desenvolveu um sistema de avaliação e acompanhamento para os programas de pós-graduação que tem como finalidade a formação de pessoal qualificado visando o desenvolvimento do Brasil. Seus mecanismos de avaliação, bem como as políticas de financiamento, são resultado da redução de recursos para Ciência e Tecnologia na década de 1960. (CASTRO, 1985).

Em 2006, a Capes introduziu como categoria de avaliação o quesito Inserção Social, que veio juntar-se aos demais já existentes: produção acadêmica, corpo docente (qualificação e pesquisa), corpo discente (formação oferecida) bem como a proposta do programa (recorte acadêmico e curricular e compromisso com o desenvolvimento). Para Boufleuer (2009, p. 372) a inserção desse quesito deve ser entendida como “[...] uma reflexão se faz necessária acerca dos desafios que a produção científica e a formação acadêmica de excelência devem enfrentar em nosso país. [...] no sentido da verificação de sua presença e do seu impacto na e sobre a sociedade”.

Na visão desse autor a criação do quesito Inserção Social conduz a consciência de maior articulação dos programas de pós-graduação com o ensino, a pesquisa e a extensão, pensando a extensão “não apenas no sentido de um ‘levar’ o conhecimento ou a técnica, mas também, e especialmente, como disposição de aprender com a ação realizada sob a forma de retroalimentação da pesquisa e do ensino” (BOUFLEUER, 2009, p. 374, grifo do autor). Há uma possibilidade de retomar, assim, o sentido mais qualificador e não apenas quantificador se afastando, dessa forma, do produtivismo taylorista. E mais:

[...] os indicadores de inserção social deverão estar articulados com as dimensões centrais da própria pós-graduação, ou seja, com o caráter das linhas de pesquisa e das temáticas trabalhadas; com os alunos acolhidos e sua inserção após o seu

egresso; com as atividades complementares dos docentes; com atividades outras que objetivem a articulação da pós-graduação com a sociedade em sentido de retroalimentação ou de recíproca fecundação entre o conhecimento acadêmico e as práticas sociais e culturais. (BOUFLEUER, 2009, p. 380-381).

Para além do aspecto da avaliação e da validação dos resultados das pesquisas, nas décadas de 1960 e 1970 estudos sobre o fluxo da comunicação científica são realizados com maior frequência. Os trabalhos de Merton, Menzel e Price foram inspiradores para investigações empíricas sobre o tema. Garvey, membro de um grupo de pesquisadores, propôs um modelo de estrutura para a comunicação científica. O grupo se destacou nos Estados Unidos ao analisar os documentos gerados no desenvolvimento de um determinado projeto na área de psicologia, desde sua fase inicial até a final produzindo um modelo clássico de comunicação científica e assim definindo o termo:

[...] o espectro total de atividades associadas com a produção, a disseminação e o uso da informação, a partir do momento em que o cientista tem a ideia para sua pesquisa, até que a informação sobre os resultados desta pesquisa seja aceita como constituinte do conhecimento científico. (GARVEY, 1979, p. ix)

Percebe-se dessa forma que há um ciclo que é cumprido pela comunicação científica desde a sua produção, passando pela avaliação, incluindo a disseminação através de diferentes canais, formais e informais, até a sua recuperação e uso. Define-se ciclo (2009) como uma “série de fenômenos, fatos ou ações de caráter periódico que partem de um ponto inicial e terminam com a recorrência deste”. Isso significa que a ciência se desenvolve através de ciclos na medida em que as fontes são acessadas pelos cientistas para lhes dar embasamento para novas descobertas, que são publicadas, validadas pela comunidade científica (ou não) e novamente acessado por outros cientistas que utilizam essas publicações para a construção de novos conhecimentos e assim sucessivamente. É esse ciclo que fundamenta o caráter provisório da ciência, há um processo de retroalimentação que faz com que haja evolução.

Figura 1 – Ciclo da comunicação científica



Fonte: Targino (2007, p. 98).

A partir da década de 1980, surgem as primeiras pesquisas que abordam a comunicação científica voltada para as redes eletrônicas. Destacam-se autores como Philip James Hills (1983) e Charles W. Steinfield (1986) que publicaram artigos relevantes de revisão na *Annual Review for Information Science and Technology* (ARIST). Nos anos 1990, a pesquisa nessa área se amplia e autores como A. J. Meadows (1999) e P. Buckle (1992) escrevem sobre as tendências e problemas de comunicação da ciência na Grã-Bretanha, com ênfase em correio e fóruns eletrônicos. A ascensão da internet impactou profundamente o ambiente científico, mostrou-se um poderoso meio de comunicação e possibilitou que a produção científica ampliasse o seu alcance, estimulando a criação de novos canais para a disseminação dos resultados de pesquisa. As revistas eletrônicas, os repositórios, os blogs, as bibliotecas digitais são meios de divulgação da ciência, e se apresentam como modelos bem-sucedidos de popularização das temáticas voltadas para a ciência e a tecnologia, ampliando a circulação da informação.

O surgimento da internet e da www (World Wide Web), em fins dos anos 1980, vai proporcionar mudanças nas formas de publicação da produção científica e no modelo clássico de comunicação científica, que passou do suporte impresso para o uso também do suporte digital. Weitzel (2005) resume em três, os fatores que contribuíram para mudanças no modelo clássico da comunicação científica: o custo alto das assinaturas de periódicos científicos, os avanços das Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) e o papel desempenhado pelas revistas científicas.

A resposta a esse cenário relativo ao alto custo das assinaturas veio da própria comunidade científica graças ao desenvolvimento acelerado da tecnologia de

armazenamento de recursos digitais. Essa crise dos periódicos durou algumas décadas e paralelamente as tecnologias iam se desenvolvendo e se aprimorando, constituindo uma nova forma de lidar com a informação e sua disseminação.

Nesse contexto surge o movimento mundial, de acesso aberto, que preconiza disponibilização da literatura científica na internet permitindo que seja acessada e utilizada, contribuindo para facilitar a comunicação do conhecimento científico. O acesso aberto à informação científica tem se firmado e começou a ser consolidado no início deste século com a assinatura das declarações de Budapeste, em 2002; de Bethesda e de Berlim, ambas em 2003. A Declaração de Budapeste, a BOAI, que desencadeou no Movimento Mundial de Acesso Livre à Informação Científica estabelecendo duas estratégias denominadas Via Verde (Green Road) – que consiste no depósito por parte dos autores ou representantes de uma cópia de suas publicações em um repositório institucional ou temático de acesso livre. – e Via Dourada (Golden Road) – formada por periódicos eletrônicos que já utilizam o modelo de acesso aberto e, desse modo, os próprios editores já garantem o acesso aberto ao conteúdo – como recomendações à comunidade científica. Tais estratégias possibilitam o intercâmbio de dados entre provedores de dados e serviços por meio do Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH).

Atitude de aceitação por parte dos cientistas frente ao acesso aberto vem crescendo paulatinamente em nível mundial há dez anos, embora muitos pesquisadores prefiram publicar em periódicos de acesso restrito. Essa preferência se dá por três fatores principais: o fator de impacto; a opinião da comunidade sobre a publicação; a qualidade da avaliação por pares. (SCIELO, 2015) Um estudo realizado por Swan e Brown (2004) revelou que pesquisadores preferem publicar em periódicos de acesso restrito porque acreditam que os periódicos de acesso aberto limitam o potencial de impacto de seus artigos e a chance de obtenção de financiamento, além de terem menos prestígio. No contexto brasileiro também já foram realizadas pesquisas sobre a adesão de publicação em periódicos de acesso aberto e as razões para não se publicar apontam principalmente para a ausência de uma política que explicita valor aos periódicos que têm o acesso aberto como modelo de negócio. (BARROS, 2010)

Este é um ponto crucial para as políticas de financiamento porque emerge atualmente uma nova geração de práticas colaborativas que ampliam as possibilidades de publicação e disseminação de pesquisas e influenciam enormemente no fluxo da informação científica.

Mas se as políticas de financiamento e o sistema de recompensa não deram conta ainda de questões relacionadas ao acesso aberto como lidar com a ciência aberta? O movimento pela ciência aberta engloba desde o “[...] acesso livre à publicações científicas e inclui outras frentes, como dados científicos abertos, ferramentas científicas abertas, *hardware* científico aberto, cadernos científicos abertos e *wikipesquisa*, ciência cidadã, educação aberta.” (ALBAGLI, 2015, p. 15). Foi nesse sentido, observando as mudanças que vêm ocorrendo, que buscamos situar a pesquisa para saber se as práticas da comunidade científica da UFBA, sobretudo dos docentes e discentes vinculados aos programas de pós-graduação, estão alinhadas com a política institucional de acesso aberto.

3 PERCURSO

Essa pesquisa se utiliza da associação de dois métodos de investigação: estudo de caso e survey, tendo como técnica de coleta de dados a aplicação de questionários com os coordenadores dos programas de pós-graduação da UFBA, a realização de uma entrevista semiestruturada com o coordenador de ensino de pós-graduação da UFBA e a observação indireta nos sites dos programas e das fichas de avaliação da Capes.

A pesquisa foi realizada no período de julho de 2014 a setembro de 2015. A observação dos sites dos programas de pós-graduação buscou localizar documentos que orientassem os docentes e discentes quanto ao uso e autoarquivamento de suas produções científicas no RI. Além disso, foram observados os seguintes critérios relativos aos sites: atualização da página, disponibilização de produção científica e transparência quanto às ações do programa.

Paralelamente, realizou-se a aplicação do questionário eletrônico com os coordenadores dos programas de pós-graduação. O questionário foi construído no software Survey Monkey com cinco perguntas fechadas, abertas e de múltipla escolha e um link foi enviado aos e-mails dos coordenadores. Devido ao baixo retorno, optou-se pela impressão dos questionários e entrega aos coordenadores. Os 75 programas de pós-graduação da UFBA estão distribuídos nas seguintes áreas: 24 em Ciências Exatas, 21 em Ciências Biológicas, 25 de Ciências Humanas, três de Letras e cinco da área de Artes. Desses, 43 possuem mestrado e doutorado, 21 apenas mestrado, sete apenas doutorado e 11 possuem mestrados profissionais.

Num segundo momento foi realizado um levantamento nas fichas de avaliação dos programas de pós-graduação da UFBA, do triênio 2010-2012, disponíveis no site da Capes para que se pudesse confrontar as informações sobre as avaliações recebidas pelos programas com o que se observou na análise dos sites. A observação foi realizada no quesito 5 da ficha de avaliação, que trata da inserção social, especificamente no item que apura a visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.

A última etapa cumprida foi a entrevista semiestruturada com o coordenador de ensino de pós-graduação da UFBA para demarcarmos uma visão institucional da questão abordada na pesquisa. Para análise dos dados foi utilizado o procedimento quantitativo/qualitativo, que permitiu uma ampliação e compreensão acerca dos dados coletados.

4 RESULTADOS

Na etapa de análise dos sites dos programas, embora não fosse objetivo da análise, itens relacionados a arquitetura dos sites – análise de sua usabilidade e legibilidade, por exemplo – chamaram a atenção na maioria dos sites dos programas. Não há uma lógica de “navegação”, existem informações disponíveis em vários locais quase sempre sem uma indicação clara para o usuário do que e onde acessar, ou seja, o site não privilegia o ponto de vista do usuário. O design influencia nas soluções estéticas e, certamente, na visualização e acesso por parte do usuário. Para Meirelles e Machado (2007, p. 59) para a boa legibilidade do registro a interface é fator determinante por influenciar diretamente na visualização. A disposição das informações e o conjunto e sintonia de cores e fontes são indispensáveis para a linearidade do conteúdo e eliminação de barreiras na comunicação e transmissão de mensagens, facilitando assim o acesso e a compreensão do conteúdo disponibilizado.

Evidente que muitas dessas questões não são observadas para a implantação dos sites dos programas, muitas vezes por limitações de infraestrutura e recursos, porém essa constatação reforça a importância da utilização de repositórios institucionais como meio de otimizar os recursos disponíveis e potencializar o uso e disseminação da produção científica. Os repositórios institucionais em sua maioria utilizam o software especializado DSpace, com arquitetura adequada para atender questões não só de arquitetura, mas de indexação, preservação, intercâmbio e disseminação da produção.

Em 2009, a questão da visibilidade foi levantada por Rosa (2011) em pesquisa realizada com os coordenadores dos programas de pós-graduação da UFBA, e, na ocasião 97,9% afirmavam que o programa possuía uma página web, em atendimento a uma exigência da própria Capes (quesito 5 – Inserção social), no entanto, embora a produção dos docentes e discentes estivessem contempladas nos sites, a forma como ocorria demonstrava uma falta de sistematização, conseqüentemente contribuindo muito pouco para a visibilidade da produção. Outro dado que se destaca nessa pesquisa é que 92,3% não possuíam controle de acesso ao site (contagem de visitantes) e sem os dados estatísticos os programas não contabilizavam o alcance do conteúdo que estava disponível no site. Na ocasião, desejava-se, também, conhecer as práticas de autoarquivamento e disponibilização de conteúdos em acesso aberto, visando à implantação do Repositório Institucional da UFBA, que ocorreu em 2010.

Na pesquisa que ora se apresenta, com dados levantados entre 2014 e 2015, percebe-se a persistência de questões fundamentais para a visibilidade dos programas e o atendimento ao quesito 5. Nos resultados obtidos a partir da análise dos sites, verificou-se que as orientações quanto ao uso e autoarquivamento alcança índices muito baixos, muitos ainda fazem referência ao depósito dos trabalhos de conclusão na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que no caso da UFBA migrou todo o seu conteúdo para o RI estando hoje desativada. A referência ao formulário da BDTD, demonstra que existe um descompasso entre os Programas de Pós-Graduação, o Sistema Universitário de Bibliotecas e as ações institucionais, mesmo após divulgação por parte da Pró-reitora de Pesquisa Criação e Inovação (PROPCI) e Pró-reitora de Ensino de Pós-Graduação (PROPG) e pela equipe do RI da descontinuidade da BDTD, reforçando a necessidade de políticas institucionais na UFBA sobre a difusão da produção científica.

. No instrumento de coleta de dados aplicado aos coordenadores, quando perguntados se o programa orientava docentes e discentes para uso e autoarquivamento no RI da UFBA, 54,5% responderam que sim. A análise dos sites por área apresenta o seguinte resultado:

- dos 24 programas da área de Ciências Exatas analisados, em nenhum deles há orientação, nem menção da disponibilização de conteúdo através do RI. Em alguns deles, há a disponibilização de teses e dissertações na íntegra e em outros apenas os resumos;
- no caso da área de Ciências Humanas, de 25 programas sete indicam que as teses e

dissertações estão disponíveis no RI. Dentre os sete dois usam outros artifícios: um inseriu o logotipo do RI em sua página principal, a partir do qual o usuário também é direcionado para o ambiente do RI e o outro disponibiliza o link com a seguinte mensagem “As principais publicações do Programa estão disponíveis no site do repositório institucional da UFBA no seguinte endereço eletrônico”;

- a área de Artes é composta por cinco programas dos quais somente um possui uma indicação do RI na página principal, os demais nada mencionam;
- a área de Ciências Biológicas se assemelha a área de Exatas, são 21 programas e não constatou-se indicação do RI em nenhum dos sites analisados.

A análise dos sites revelou que a maioria dos programas atende aos quesitos transparência e atualização. Distribuição de bolsas, recursos recebidos e gastos, quadro de resumo com atribuição do Qualis em relação à produção dos docentes do programa, autoavaliação são alguns tipos de informações disponibilizadas. O coordenador de ensino de pós-graduação, em entrevista afirmou que não existe uma normativa e/ou processo de capacitação, intervenção e avaliação nos sites por parte da PROPCI e PROPG.

Observou-se que programas cuja produção científica foi publicada também em livro através da Editora da UFBA não disponibilizam em seus sites os links de acesso direto ao RI mesmo quando essa produção está disponível em acesso aberto no RI. Alguns disponibilizam os livros em pdf diretamente no site ou apenas a capa do livro sem usar o link para o repositório. Conforme destacado anteriormente, os Programas poderiam fazer um uso mais amplo do Repositório, depositando não só as teses e dissertações, mas toda a sua produção, fazendo um link direto para a subcomunidade do Programa no RI, otimizando tempo e recursos, disponibilizando sua produção em um ambiente adequado.

Com a aplicação do instrumento de coleta de dados com os coordenadores dos programas, obteve-se ainda os seguintes dados:

- 54% responderam que orientam seus docentes e discentes para o autoarquivamento no RI, no entanto somente 14% informam que possuem uma orientação formal (por escrito) sobre a questão, as orientações informais ocorrem através de listas de e-mail, ata de reuniões (que não estão disponibilizadas no site), mensagem por e-mail;
- Quanto à disponibilização dessa orientação formal no site, 15% responderam que

disponibilizam e 85% que não, de um total de 40 respondentes;

- Com relação à atualização do site do programa 61% afirmam que realizam a atualização, 15% não deixaram claro, um coordenador não respondeu. Observa-se, na maioria das respostas afirmativas, que a atualização é feita com muitos percalços;
- Quanto a outros veículos que utilizam para promover a transparência das ações e produções do programa, há uma diversidade de ações. Apenas dois coordenadores citaram o RI como fazendo parte dessas ações, cinco citaram as redes sociais, 11 mencionam listas de discussão e e-mail. As demais respostas mencionam desde o próprio site, até eventos específicos realizados pelo programa, plataforma sucupira e mural.

Percebe-se uma discrepância entre os dados levantados nos sites e as respostas dos coordenadores. Dos 15% que afirmaram que disponibilizam documentos com orientações sobre o autoarquivamento somente um de fato disponibiliza. Segundo a equipe do RI alguns programas solicitam verbalmente, ainda que não haja uma normativa formal publicada, que todos os alunos depositem suas teses e dissertações no RI. Com relação à atualização constatou-se que há uma coerência entre as respostas e o que foi observado nos sites. Embora não se perceba ainda uma reação maciça nos sites da maioria dos programas no que se refere às orientações para a disponibilização dos trabalhos de conclusão no RI, os programas foram informados pela Coordenadoria de Ensino de Pós-Graduação sobre a desativação da BDTD e migração das teses e dissertações para o RI.

Sobre o levantamento realizado nas fichas de avaliação dos programas de pós-graduação da UFBA disponíveis no site da Capes observou-se que não há muita variação nos itens do quesito inserção social entre as áreas. De 75 programas e cursos de pós-graduação 13 programas foram avaliados como regular no item visibilidade;² quatro não disponibilizam as fichas de avaliação. Do total de programas observou-se também que oito não receberam nenhum comentário na apreciação que estivesse diretamente relacionado ao item, embora tenham recebido um conceito. A partir dos comentários observados nas fichas de avaliação percebeu-se que a maioria considera que o item visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação significa ter um site e disponibilizar nele as teses e dissertações. No

² Cada programa recebe na ficha conceitos – regular, bom e muito bom – para cada um dos itens de cada um dos quesitos e que tem pesos diferenciados e estabelecidos pela área. Além de dar a nota (conceito) a comissão responsável pela avaliação emite uma apreciação onde justifica o conceito dado ao programa.

entanto, outras informações sobre a atuação do programa – como participação na formação de professores do ensino básico, projetos de melhoria de ensino, prestação de serviços, difusão e popularização da ciência, livros e outros materiais didáticos – podem ser divulgados. De modo geral, percebe-se que a avaliação desse item e do quesito é feita de forma muito subjetiva e superficial. Parece não haver critérios técnicos que permitam uma avaliação que extrapole o entendimento de visibilidade como disponibilização dos trabalhos de conclusão no site do programa.

No que se refere ao posicionamento do coordenador de ensino de pós-graduação, em entrevista ele mostrou-se a favor do trabalho de divulgação do procedimento de autoarquivamento da produção no RI, reforçando a necessidade da visibilidade da produção científica da instituição. Para tanto os sites dos programas precisam estar atualizados, orientando devidamente os docentes e discentes. Porém ele não está de acordo com um procedimento de “obrigatoriedade” de depósitos via portaria, por exemplo. Mas, destaca o esforço da PROPG em divulgar ações que promovam a visibilidade da produção científica da Instituição: divulgação das defesas na lista todos da UFBA; orientações a coordenadores em reuniões sobre o que os programas devem ter como mínimo no site; agendamento de visitas nos programas com a equipe do RI mostrando a importância de se ter o material divulgado.

Embora existam ações diretamente relacionadas à questão abordada na pesquisa, percebe-se a ausência de documentos legais e sistematização em nível macro. Observa-se, por exemplo, que está em tramitação desde 2014 uma proposta de resolução que estabelece normas e procedimentos para progressão funcional que não faz nenhum tipo de referência à disponibilização da produção acadêmica dos docentes no RI. Por outro lado, diversos editais de apoio à pesquisa na Universidade já foram lançados apontando entre os pré-requisitos para os proponentes a disponibilização da produção científica recente no RI. Ou seja, a questão ainda é tratada de forma muito fragmentada, pontual e com base em iniciativas individuais.

5 CONCLUSÃO

O repositório tem hoje influência direta na preservação e na disseminação da produção científica da UFBA em âmbito mundial, além de ter grande potencial para se tornar uma ferramenta de gestão da produção científica, muito embora se perceba que o número de

documentos disponibilizados está muito aquém do que se espera da produção de aproximadamente 500 grupos de pesquisa cadastrados, bem como o baixo uso dessa ferramenta pelos programas de pós-graduação, que não têm a percepção do papel que o RI desempenha para ampliar sua visibilidade e de sua produção. Além disso, há graves problemas com relação aos sites que não atendem satisfatoriamente as questões pontuadas no quesito da ficha de avaliação da Capes, sendo a principal delas a não acessibilidade às teses e dissertações.

É possível afirmar que os objetivos perseguidos foram alcançados de forma que os achados podem ser utilizados para subsidiar o desenvolvimento de ações de divulgação da produção científica nos sites dos programas de pós-graduação da Universidade, para as quais recomenda-se observação quanto a melhoria das interfaces gráficas em relação a legibilidade e usabilidade, por exemplo. Além dessa questão, apesar de não haver nenhuma orientação das agências a esse respeito, considera-se importante que os programas estimulem seu corpo docente e discente a autoarquivarem suas produções no RI, o que não invalida, evidentemente, o disposto na Portaria n. 013/06 da Capes.

É necessário um investimento da Universidade, não exatamente com aporte financeiro, mas de atenção à melhoria dos sites dos programas também no que se refere à manutenção e atualização ou mesmo padronizando o layout como ocorre em outras universidades brasileiras. Os coordenadores apontaram que para mantê-los atualizados há um grande esforço e pouco apoio da Instituição. Por outro lado a Superintendência de Tecnologia da Informação não tem condições de atender a todos os sites da instituição, sobretudo aos que não foram criados e não estão hospedados em seus servidores.

Em acordo com a política institucionalizada de acesso aberto que vem sendo implantada na UFBA o coordenador compreende a importância e estimula o autoarquivamento. No entanto a visão institucional não aponta para o uso do RI como ferramenta de gestão da produção científica. Em muitas universidades no mundo as políticas de acesso aberto contaram com a adoção de mandatos de obrigatoriedade para o autoarquivamento das produções.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. Ciência aberta em questão. In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. *Ciência aberta, questões abertas*. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 9-25.
- BARROS, S. S. *Políticas de comunicação da produção científica da Universidade Federal da Bahia e o Movimento de Acesso Livre à Informação*. 175 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- CASTRO, C. M. *Ciência e universidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (coleção Brasil: os anos de autoritarismo).
- CICLO. In: Dicionário eletrônico Houaiss. São Paulo: Objetiva, 2009.
- BOUFLEUER, J. P. Inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 371-382, 2009. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/educacaopublica/issue/view/64>>. Acesso em: 10 set 2015.
- GARVEY, W. D. *Communication: the essence of science*. Oxford: Pergamon, 1979.
- GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. Da questão da validade ao julgamento de valor: mediação informacional da avaliação científica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte: Ancib, 2014. Disponível em: <<http://ontologia.ibict.br/bitstream/123456789/527/1/N%C3%A9lidaGT1.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015. p. 216-236.
- JENSEN, E. The problems with science communication evaluation. *Journal of Science Communication*, n. 1, 2014. Disponível em: <http://jcom.sissa.it/sites/default/files/documents/JCOM_1301_2014_C04.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.
- MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.
- MEIRELLES, R. F.; MACHADO, R. das N. A funcionalidade e o desempenho do Portal de Periódicos da CAPES entre pesquisadores das áreas de Comunicação e Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 3, p. 54-64, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362007000300005>>. Acesso em: 14 set. 2015.
- MUELLER, S. P. M. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 309-317, set./dez. 1994.
- OLIVEIRA, M. B. de. A avaliação neoliberal na universidade a responsabilidade social dos pesquisadores. *Scientiae studia*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 379-87, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-31662008000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 set. 2015.

ROSA, F. *A disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implantação do seu repositório institucional. Uma política de acesso aberto*. 2011. 242 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3031> Acesso em: 14 set. 2015.

SCIELO - SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. A percepção favorável ao acesso aberto melhora entre pesquisadores. *SciELO em Perspectiva*. 2015. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2015/09/17/a-percepcao-favoravel-ao-acesso-aberto-melhora-entre-pesquisadores/>> Acesso em: 19 set. 2015.

SWAN, A.; BROWN, S. Authors and open access publishing. *Learned Publishing*, v. 17, n. 3, Jul. 2004.

TARGINO, M. das G. O óbvio da informação científica: acesso e uso. *Transinformação*, v. 19, n. 2, p. 95-105, maio/ago. 2007.

ZIMAN, J. *Conhecimento público*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1979. (Coleção o Homem e a Ciência)